

JOSÉ GOLDEMBERG

# A quem interessa a destruição da Amazônia?

O Senado romano, durante cinco séculos, foi a instituição política que dominou o mundo antigo — se bem que, aos poucos, seu poder tenha sido transferido para os imperadores, foi nele que se tomaram as decisões mais importantes da época.

É de imaginar, portanto, as pressões e os lobbies que se exerceram sobre os senadores, como hoje ocorre no

Senado americano, que aspira a suceder, em alguns aspectos, ao Senado romano. Por essa razão, cada vez que um senador fazia um discurso importante, os demais perguntavam, maliciosamente, a quem interessariam suas propostas.

Essa é a pergunta a fazer, hoje, em relação à Amazônia. A quem interessa sua destruição progressiva, que sucessivos governos se têm mostrado incapazes de impedir?

A primeira resposta é que não se trata de destruição, mas de expansão da fronteira agrícola do País, como ocorreu na Europa há vários séculos. O que estaria, portanto, ocorrendo na Amazônia seria um processo normal de desenvolvimento e os prefeitos e governadores da região estariam simplesmente procurando o melhor para a população local, ao expandir a área dedicada à agricultura ou à pecuária.

Esse argumento, hoje, tem alguma validade, porque a população daquela área já atingiu quase 20 milhões de habitantes. Esse não era o caso, porém, 25 anos atrás, quando começou a "ocupação" da Amazônia, promovida pelo governo militar, com a construção de rodovias e grandes programas agro-pastoris de reassentamento agrícola e incentivos fiscais. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia foi, portanto, artificialmente estimulada por políticas governamentais, a maioria das quais fracassou.

O fato concreto, porém, é que



**Só nos três anos do atual governo se desmatou mais que nos seis anos anteriores**

a população está assentada e, em muitos casos, a própria subsistência redundada em desmatamento: cerca de 50% se origina em propriedades de menos de 100 hectares. O desmatamento em grandes latifúndios representa apenas cerca de 12% do total, contrariamente ao que ocorreu no passado, quando a regra eram imensos desmatamentos.

Portanto, o que estaria acontecendo

hoje na Amazônia seria socialmente desejável e já ocorreu na Europa, no passado.

O que há de fundamentalmente errado nesse raciocínio "desenvolvimentista" é que a floresta amazônica está situada na zona equatorial, e não na zona temperada do Hemisfério Norte, onde o solo é rico em nutrientes. O solo em que a flores-

ta tropical se desenvolveu é arenoso e frágil: removida a floresta, a produtividade da terra cai rapidamente e força os agricultores — como os indígenas faziam antigamente — a abandoná-la e avançar mais ainda na floresta virgem, a cada dois ou três anos.

É por essa razão que o governo precisa tomar medidas eficazes para impedir o alarmante aumento da destruição da floresta amazônica, como comprovado pelo recente levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Só nos três anos do atual governo se desmatou mais do que nos seis anos anteriores. Se o atual processo não for revertido, a Amazônia acabará por desaparecer em poucas décadas.

Diante desse quadro alarmante, as medidas propostas pelo Ibama são tímidas e tardias. As reduções significativas que se conseguiram no desmatamento nos governos Sarney e Collor envolveram não só a remoção de subsídios, mas tam-

bém uma fiscalização ativa, até com o uso da Aeronáutica e da Polícia Federal.

Essas medidas não foram tomadas para aplacar a ira dos ecologistas no exterior, mas para salvar a Amazônia, em benefício do povo brasileiro. A sua destruição pode interessar a madeireiros e a objetivos imediatistas dos que querem obter um lucro fácil sem preocupações com o futuro. Essa é a resposta à pergunta feita acima e as acusações que são feitas aos que querem preservar a Amazônia representam esses interesses. Com o que está ocorrendo hoje na Amazônia retrocedemos dez anos, sob os olhos passivos do governo federal e com a complacência e até o encorajamento das autoridades locais.

O mínimo que o governo deveria fazer, diante dessa situação, seria tomar algumas medidas eficazes que demonstrariam claramente uma mudança de rumo. Não se trata apenas de aprovar novas leis, que, como as atuais, permaneçam letra morta.

Algumas dessas medidas são as seguintes:

- Criação de grandes áreas de proteção ambiental (parques nacionais e outras), além das existentes, que são bastante reduzidas. Isso pode ser feito em áreas de propriedade da União e dos Estados.

- Ampliação imediata do número de fiscais do Ibama, guardas florestais e outros na Amazônia, e não na sede central do Ibama, em Brasília. A contratação de 2 mil ou 3 mil novos fiscais não arruinaria mais as finanças federais do que certos desperdícios que ocorrem todos os dias na administração federal.

- Finalmente, a reorientação da Suframa para a criação de pólos industriais e semi-industriais do tipo da Zona Franca de Manaus, que pode ter originado problemas, mas criou empregos e evitou o desmatamento do Estado do Amazonas.



■ José Goldemberg, professor, foi secretário do Meio Ambiente da Presidência da República e ministro da Educação